

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT10.058

PRÁTICAS DE LETRAMENTO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: MAPEANDO PRODUÇÕES

Sônia Elina Sampaio Enes¹
Maria Aldecy Rodrigues de Lima²

RESUMO

O domínio da leitura e da escrita se institui como um foco central para a sociedade e é um dos elementos para que a inclusão das pessoas com deficiência aconteça no convívio social. O presente estudo tem como objetivo mapear as produções acadêmicas sobre as práticas de letramento para alunos com deficiência. Através da pesquisa bibliográfica a discussão sobre letramento se dá com SOARES (2003), CARVALHO (2014) e KLEIMAN (2001). E, da educação especial, consultamos autores como CARVALHO (1998), MANTOAN (2003 e 1997). No site Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), mapeamos as produções acadêmicas que versam sobre a temática em tela. Com base nos achados, o estudo revela que, apesar da educação especial está sempre em discussão, são poucas as pesquisas voltadas para a prática de letramento de alunos com deficiência. Entendemos ainda que a prática da leitura e da escrita pode ser trabalhada de forma satisfatória, para que possa atender as necessidades de cada aluno, de cada deficiência, sem possibilitar aprendizado a uns em detrimento de outros. Através dos recursos, e das estratégias elaboradas pelo professor, as aulas poderão se tornar prazerosas para os alunos, de forma que o ato de ler e escrever deixe de ser uma obri-

1 Doutora em Educação da Universidade Federal do Acre - ACRE, sonia.enes@ufac.br;

2 Doutora em Educação da Universidade Federal do Acre - ACRE, maria.lima@ufac.br;

gação e passe a ser uma atividade estimulante para as crianças, tenham elas deficiência ou não. Contudo, é necessário que os professores flexibilizem as aulas com metodologias inovadoras e inclusivas possibilitando novas aprendizagens o desenvolvimento intelectual e social da criança com deficiência. Dentre os avanços destaca-se: acesso a escola regular; sala de recurso; atendimento educacional especializado; leitura e escrita enquanto prática social.

Palavras-chave: Deficiência, Educação Especial, Letramento, Leitura e escrita..

1 INTRODUÇÃO

O domínio da leitura e da escrita deveria se instituir como um foco central para a sociedade na qual poderia ser um dos elementos para que a inclusão das pessoas com deficiência aconteça no convívio social. Assim, essas pessoas seriam capazes de participarem das práticas sociais de leitura e escrita, já que letrar é muito mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever em um contexto que faça sentido para o aluno e que faça parte da realidade dele. Dessa forma, todos devem aprender a ler e escrever, fazendo uso dessas práticas em todas as situações que estão disponíveis na sociedade.

O trabalho voltado para as práticas sociais que fizessem as crianças se envolverem em um contexto social que lembrasse sua vivência, sua cultura, não existia, tornando-se, assim um ensino que limitava a capacidade intelectual dos alunos com deficiência, ocorrendo um ensino mecanicista em que leitura e escrita são oferecidas como atividades descontextualizadas, sem adequação das atividades para atender a individualidade do aluno. Isso nos fez pensar se haveria produções acadêmicas que amparassem os professores quando da busca por temáticas que os ajudassem a trabalhar a leitura e a escrita com alunos com deficiência, já que o livro didático e textos mimeografados eram as únicas ferramentas que os professores disponibilizavam aos alunos.

Este trabalho é um recorte de nossa pesquisa de mestrado cujo objeto volta-se para as práticas de letramento com alunos com deficiência. Em princípio, pensamos, então, em pesquisar se havia produções nessa área, caso os professores buscassem uma metodologia que fosse adequada às deficiências de seus alunos, pois percebemos, ainda, que são poucos, ou quase nenhum, os alunos com deficiência que adquirem o aprendizado da leitura e da escrita, e essas são práticas que podem beneficiar a inclusão desses sujeitos na sociedade, favorecendo o seu crescimento dentro e fora do contexto escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 preconiza em seu artigo 59, que “os sistemas de ensino devem assegurar aos alu-

nos, currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades...”, (BRASIL, 2002). Por isso, ao reconhecer as dificuldades de leitura e escrita, apresentadas por alguns alunos, evidenciamos a necessidade de pesquisas que confrontem as práticas consideradas discriminatórias, excludentes, criando alternativas para superá-las, dando espaço à educação inclusiva³, que busca reorganizar o sistema educacional, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos tenham suas especificidades atendidas. Assim, as crianças “ditas normais”⁴, dependendo da metodologia empreendida pelo professor, terão acesso a várias estratégias de ensino que facilitarão sua prática de letramento, enquanto as que têm deficiência necessitarão de um pouco mais de estímulo para que sejam promovidos os seus níveis de aprendizado.

Dessa forma, os alunos que apresentam diferenças em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, também precisam conviver, interagir e construir conhecimentos nesse contexto alfabetizador, pois sua aprendizagem não acontece de forma diferente, apenas com estratégias pedagógicas e recursos diferenciados.

Realizamos um estudo das bases teóricas e científicas voltado para as práticas de letramento, para averiguar as pesquisas desenvolvidas nessa área. Para isso, elegemos como objetivo mapear as produções acadêmicas sobre as práticas de letramento para alunos com deficiência. Inicialmente, fizemos uma revisão de literatura, consultando autores e obras relevantes para o estudo desse objeto.

Nessa perspectiva, muitas são as produções que se destacaram nas últimas décadas sobre a relevância da leitura e da escrita. Nesta pesquisa foram consultados autores como Carvalho (2014), Soares (2003) Kleiman (2001). Entretanto, há pouca informação sobre a influência deste con-

3 Segundo o Decreto de Lei nº 3/2008 “A educação inclusiva visa a equidade educativa, sendo que por esta se entende a garantia de igualdade, quer no acesso quer nos resultados.”

4 Segundo Carvalho (2008) “Aqueles alunos que conseguirem se apropriar dos conhecimentos serão considerados ‘normais’ porque possuidores de estruturas biopsicológicas ‘saudáveis’” (p.95).

texto na perspectiva inclusiva e este é, particularmente, o nosso foco de estudo. Assim, a respeito da discussão deste tema, consultamos autores como Carvalho (1998), Batista e Mantoan (2003), Mantoan (1997), além das leis que amparam a educação inclusiva, dando embasamento teórico necessário para a concretização da investigação.

Com o intuito de mapearmos o estado do conhecimento, fizemos uma busca no site da BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), já que esse tipo de pesquisa possibilita uma visão ampla e atual do objeto investigado.

Acreditamos que a metodologia utilizada contribuiu para firmar a compreensão de que a aprendizagem da leitura e da escrita vai muito além de implantar novos métodos ou recursos. Ela modifica as práticas docentes, um campo em que muitos se julgam despreparados para atuarem com as deficiências dos alunos, pois diante de um aluno que demonstra dificuldade de aprendizagem, que foge ao modelo instituído, muitos professores alegam o despreparo.

Para entendermos a temática dessa pesquisa precisamos compreender que letrar e alfabetizar são coisas distintas, é necessário aprender o código, mas também ter habilidade para usá-lo. A prática do letramento exige que o aluno vivencie situações sociais em que utilizem a leitura e a escrita, participar de atividades que desenvolvam o pensamento sobre o uso escolar e social e o funcionamento da língua. Isso serve para todas as pessoas que estão em fase de alfabetização.

Pensar de fato numa proposta inclusiva significa reorganizar o espaço escolar e reestruturar a dinamicidade das práticas pedagógicas, bem como repensar a formação dos docentes, tendo em vista que a mesma proporciona mudanças na concepção de ensino, com relação aos alunos com deficiência, principalmente no tocante a aprendizagem da leitura e escrita.

Dessa forma, proporciona além da interação social, o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem. Com métodos diferenciados, a prática do letramento poderá acontecer de forma significativa, em

um contexto real. As crianças precisam se envolver com a função social da leitura e da escrita. Para isso, é importante que o docente proponha atividades que estimulem e desenvolvam a aprendizagem dos alunos, facilitando a compreensão do sistema de leitura e escrita. Assim, a construção do conhecimento e a interação da vida social do aluno poderão acontecer.

O presente estudo nos proporcionou conhecer as pesquisas em torno da prática de letramento para alunos com deficiência, entendendo a importância de mais pesquisas voltadas para esta área, já que o acervo de investigações sobre essa temática ainda é escasso. Além de uma contribuição teórica sobre as metodologias utilizadas pelos professores, ao trabalharem os níveis de letramento com alunos com deficiência, bem como apontar os desafios enfrentados pelos docentes, ao trabalharem o aprendizado da leitura e escrita desses alunos.

2 DIALOGANDO SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E LETRAMENTO NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Mais do que combater a discriminação e o preconceito em relação às pessoas com deficiência, a implantação das políticas voltadas para essa temática veio garantir o acesso da pessoa com deficiência à escola comum. São muitos os desafios enfrentados, porém é necessário entender que as dificuldades não podem servir como justificativa para os fracassos, mas servirem como mola propulsora no surgimento de novas estratégias e recursos que possam desenvolver uma educação de qualidade para todos.

Um dos desafios ao lidar com a criança com deficiência está voltado para o aprendizado da leitura e da escrita. Muitos nem alcançam esse aprendizado e os que conseguem, apenas aprendem a ler e escrever, sem a compreensão, o entendimento dos textos lidos ou escritos. O acesso da criança ao mundo do letramento acontece com base em seu comportamento, em suas práticas sociais, com diferentes gêneros e tipos de

leituras, e com as funções que a leitura e a escrita desempenham no universo ao qual ele pertence.

À medida que avança o processo de inclusão, avança também a discussão de temáticas que envolvem o aprendizado de alunos com deficiência, e o letramento é um deles. Letrar, no contexto da educação inclusiva, requer uma organização metodológica que oriente professores e alunos envolvidos nesse processo. A prática do letramento se desenvolve com base na reflexão que o aluno faz sobre o uso da língua, assim,

Letrado, no sentido em que estamos usando esse termo, é alguém que se apropriou suficientemente da escrita e da leitura a ponto de usá-las com desenvoltura, com propriedade, para dar conta de suas atribuições sociais e profissionais. (CARVALHO, 2014, p. 66).

A autora explica que, diferente de alfabetização, o letramento exige habilidades que vão além da leitura e escrita, é necessário que o indivíduo, além de se apropriar dessas práticas, faça uso das mesmas com propriedade, para todos os fins que envolvam a sua rotina diária, seja escolar, cultural. Portanto,

Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se letramento, que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos – para informar ou informar-se, para interagir com outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à catarse...; habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos; habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou de lançar mão desses protocolos, ao escrever; atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e prazer em ler e escrever, sabendo utilizar a escrita para encontrar ou fornecer informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetos, o interlocutor. (SOARES, 2003, p. 80).

Letramento é o uso competente da leitura e da escrita, habilidade de quem já domina o código. Portanto, letrar envolve habilidades de ler,

interpretar, produzir textos dentro de um contexto social, com diferentes gêneros textuais.

Para muitos, que não distinguem alfabetização de letramento, isso não passa de uma forma tradicional de aprendizagem, em que o professor apenas transmite seus conhecimentos aos alunos, utilizando como práticas a junção de sílabas, memorização de sons e cópias. Dessa forma, a criança passa a ser um mero espectador, não participando do processo de conhecimento. E as crianças com deficiência são as que mais sentem por não serem ativas nesse processo de aquisição de conhecimento.

Não se trata de buscar metodologias prescritivas do que o professor deva ou não fazer para mudar tal cenário, mas compreender o seu papel num período em que o campo educacional vem sendo transformado pelo advento da educação inclusiva. Com isso,

Há, no seio dos educadores e pesquisadores que se ocupam da educação inclusiva, uma tendência que atrai cada vez mais seguidores, na direção de uma interpretação mais abrangente do conceito de inclusão, de modo a se pensar em políticas inclusivas para todos os que têm sido historicamente barrados da escola e do sistema educacional. (KLEIMAN, 2001, p. 84).

A alegação dos docentes com relação ao despreparo para lidar com esses alunos é o discurso mais frequente para não buscarem desenvolver práticas que possibilite o aprendizado dos alunos com deficiência. Contudo, estes, na verdade, desafiam a escola comum no seu objetivo de ensinar, principalmente no tocante ao aprendizado da leitura e escrita, tendo em vista que os alunos com deficiência têm uma maneira própria de aprender, o que exige da escola a construção de estratégias apropriadas para atingir esse objetivo.

Nenhuma criança aprende no mesmo ritmo ou da mesma forma que a outra. Algumas precisam de intervenções, outras de um tempo maior, além de recursos e metodologias diferenciados. Aprender é uma ação individual, e cada sujeito regula a sua aprendizagem. O que clareia o entendimento dos alunos são as diferentes ideias, compreensões, opiniões e explicações vindas dos docentes, e para os alunos com deficiência,

esse aprendizado deve ser mais cauteloso ainda, haja vista não compreenderem de forma generalizada e precisam de explicações simples para, então, chegar a compreensão mais ampla. Segundo Vygotsky (2010) a criança raciocina de acordo com as explicações recebidas, e, então, reproduz operações lógicas, novas para ela, de transição de uma generalização para outras generalizações.

Não existe uma metodologia única para as atividades dos alunos com deficiência intelectual. Deve haver uma reflexão constante sobre o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, sobre a prática e as oportunidades de interação do aluno com o objeto de conhecimento. Dessa forma, pode-se avaliar as metodologias trabalhadas, propondo adaptações ou alterações que se julguem necessárias. Enfim, diversificando e adequando os métodos de ensino às diferenças de ritmo e estilos de aprendizagem dos alunos, as barreiras de aprendizagem serão minimizadas.

Assim como é importante a mudança de atitude pedagógica do professor para garantir ao aluno com deficiência plena aprendizagem, também é imprescindível a luta política para ampliar a acessibilidade daqueles que possuem deficiência no seu deslocamento. A mudança pedagógica deve se somar à luta política para ampliação da consciência da necessidade da quebra de barreiras físicas, que se referem ao ambiente, como construção de rampas de acesso, sinais sonoros, calçadas adequadas, elevadores, entre outras mudanças necessárias. Essas políticas somadas contribuiriam para a mudança das atitudes de cada pessoa com relação à realidade dos que possuem deficiência. A ideia é, segundo observa Carvalho (1998),

Deslocar o eixo das reflexões das necessidades educacionais especiais para a remoção de barreiras à aprendizagem parece uma proposta mais fadada ao êxito, na prática, pois na ideia de remoção de barreiras, todos os atores e autores do processo ensino-aprendizagem são considerados como co-partícipes. Melhorar as escolas e os processos que nela tem lugar, identificando e removendo barreiras, tanto diz respeito aqueles educadores que estão comprometidos com a ideia de educação para todos, como os que trabalham com o conceito de necessidades educacionais especiais e com os que defendem

os movimentos de inclusão, em sua concepção mais abrangente. (CARVALHO, 1998, p. 50-51).

Considerar as dificuldades que os alunos com deficiência apresentam e a necessidade do desenvolvimento de metodologias de aprendizagem que visam atender e facilitar as especificidades dos alunos é necessário, assim como é imprescindível que o professor tenha o conhecimento de qual prática está utilizando para atender as diferenças, propiciando de fato o avanço dos conhecimentos e da interação dos alunos.

Em muitos casos, a leitura e a escrita só se tornam uma realidade na vida das pessoas com deficiência quando essas entram no ambiente escolar. E essa demora acaba atrasando a aprendizagem. É por este motivo que os trabalhos a serem realizados com o aluno com deficiência precisam ser elaborados com boas estratégias de aprendizagem, para que recuperem o tempo perdido, uma vez que o contato com a leitura e a escrita, geralmente, só acontece na escola, pois a maioria dos pais busca esse apoio no ambiente escolar.

Acredita-se que a aprendizagem é a essência da educação, que sua função é primordial e precisa ser estimulada nos educandos. O aluno é capaz de aprender sobre o que está em sua volta, e o aluno com deficiência não é diferente. É preciso que lhe ensinem muito mais que as letras, mas também a escrita das palavras. É importante que tenham a compreensão do que eles leem, do que produzem e aprendam a utilidade dessas habilidades no seu uso social.

Para Magda Soares (2003), leitura e escrita devem ser práticas ensinadas pela escola, através de textos que tenham sentido para o aluno, que façam parte da vida dele. Não basta saber ler e escrever, o aluno precisa se envolver com as atividades de leitura e escrita, criar o hábito de ler e escrever, apreciando e compreendendo esse universo. Ainda, segundo a autora, muitas pessoas até sabem ler, mas não leem, sabem escrever, são alfabetizadas, mas não são letradas.

Carvalho (2014, p. 67), compreende que “não se ensina a gostar de ler por decreto, ou por imposição, nem se forma letrados por meio de

exercícios de leitura e gramática rigidamente controlados. Para formar indivíduos letrados, a escola tem que desenvolver um trabalho gradual e contínuo”.

E acrescenta:

Algumas pessoas criam gosto pela leitura pelo exemplo dos familiares, outras, por influência de professores ou por circunstâncias fortuitas de suas histórias de vida. No entanto, a formação de leitores em grande escala, via escola, só ocorrerá se houver uma política de leitura, traduzida na adequada formação de professores-leitores na oferta abundante de bons e variados materiais escritos, e na instalação de bibliotecas e salas de leitura bem equipadas, dinamizadas por bibliotecários. (CARVALHO, 2014, p. 67).

Essa prática necessita ser trabalhada desde as primeiras representações de escrita do aluno, levando em consideração o que supõe sobre a escrita, a partir do que ele já sabe. Dessa forma, o professor pode iniciar as intervenções, para que ele entenda e se familiarize com o exercício da escrita e inicie a prática da leitura. É importante iniciar possibilitando o acesso do material ao aluno desde seus primeiros rabiscos, desenhos, pois isso é o princípio para uma alfabetização plena, segundo os estudos de Ferreiro (2001a):

Minha função como investigadora tem sido mostrar que as crianças pensam a propósito da escrita, e que seu pensamento tem interesse, coerência, validade e extraordinário potencial educativo. Temos de escutá-la. Temos de ser capazes de escutá-las desde os primeiros balbucios escritos (contemporâneos de seus primeiros desenhos). Não podemos reduzir a criança a um par de olhos que vêem, a um par de ouvidos que escutam, a um aparelho fonador que emite sons e a uma mão que aperta com torpeza um lápis sobre uma folha de papel. Por trás (ou além) dos olhos, dos ouvidos, do aparelho fonador e da mão, há um sujeito que pensa e que tenta incorporar a seus próprios saberes esse maravilhoso meio de representar e recriar a língua escrita, todas as escritas. (FERREIRO, 2001a, p. 36).

O contexto social no qual os alunos estão inseridos é de extrema importância para a prática do letramento, pois ensinar a criança a ler e escrever é importante, mas dar condições para que ela faça uso desse

aprendizado é essencial. Necessário, então, que a prática de leitura seja feita com base em jornais, revistas, livros infantis, pois os mesmos trazem informações que dizem respeito ao contexto social no qual os alunos estão inseridos.

Quando se trata de educação escolar não se pode deixar de lado o fato de que precisamos de um método que oriente professores e alunos. Vale lembrar também que não há uma receita que satisfaça a todos os estilos de aprendizagem, mas que há fundamentos teóricos-metodológicos que possibilitam melhor entender a necessidades de aprendizagem os alunos.

Nos dias atuais, as escolas consideradas comuns ainda precisam de espaços cada vez mais inclusivos. Porém, essa realidade ainda está sendo construída, precisando de maiores apoios e clareza social, uma vez que as escolas não foram feitas para atender alunos com deficiência, mas suas estruturas e outras implicações ainda estão distantes da verdadeira escola inclusiva, como discute Ropoli (2010) para quem,

Os sistemas educacionais constituídos a partir da oposição - alunos normais e alunos especiais - sentem-se abalados com a proposta inclusiva de educação, pois não só criaram espaços educacionais distintos para seus alunos, a partir de uma identidade específica, como também esses espaços estão organizados pedagogicamente para manter tal separação, definindo as atribuições de seus professores, currículos, programas, avaliações e promoções dos que fazem parte de cada um desses espaços. (ROPOLI, 2010, p. 7).

Apesar da inclusão de pessoas com deficiência nas salas de aula, ainda percebemos exclusão por parte do sistema educacional, que separa, que segrega, que traz consigo uma dicotomia que vem sendo mascarada por práticas excludentes. Precisamos de escolas comuns inclusivas, que resguardam o direito de todos à igualdade de oportunidades, que não enxerguem esses alunos como apenas deficientes, mas que percebam que a diferença que existem entre cada pessoa pode servir como válvula propulsora para um ensino diversificado.

Precisamos entender que a classificação desses alunos em normais e anormais, bons e ruins, promove cruelmente a exclusão daqueles que buscaram na escola, justamente o seu contrário, a inclusão. Desse modo, pode-se observar que,

Quando entendemos esses processos de diferenciação pela deficiência ou por outras características que elegemos para excluir, percebemos as discrepâncias que nos faziam defender as escolas dos diferentes como solução privilegiada para atender às necessidades dos alunos. Acordamos, então, para o sentido incluyente das escolas das diferenças. Essas escolas reúnem, em seus espaços educacionais, os alunos tais quais eles são: únicos, singulares, mutantes, compreendendo-os como pessoas que diferem umas das outras, que não conseguimos conter em conjuntos definidos por um único atributo, o qual elegemos para diferenciá-las. (ROPOLI, 2010, p. 9).

É comum a presença de alunos com deficiência nas classes comuns. De fato, isso é importante, pois este pode desenvolver-se socialmente e intelectualmente. Podemos considerar isso um avanço se compararmos à época da segregação e exclusão, quando as primeiras civilizações excluíaam, abandonavam as pessoas com deficiência. Mas para que a inclusão seja uma realidade é necessário o interesse e a participação de toda a comunidade escolar e da sociedade em geral. De outra forma, os alunos permanecerão em salas de aula excluídos e sem perspectiva de dar continuidade a qualquer forma de desenvolvimento.

Com relação ao letramento, algumas pesquisas mostram resultados desfavoráveis quando se trata de crianças no contexto escolar. O fracasso em letrar traz insegurança aos docentes que trabalham essa temática e também à sociedade, que espera resultados satisfatórios desses profissionais. Em lidando com a deficiência de alguns alunos, a insegurança é ainda maior. O desafio de letrar esses alunos, pode ser estimulante, já que traz aos docentes uma busca por novas estratégias, mas pode também ser algo assustador, se os professores não acreditarem que podem ensinar a todos, a depender das estratégias utilizadas para cada grupo. Apresen-

tamos abaixo o que seria o letramento para Kleiman (1995) que o define como:

[...] um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos. As práticas específicas da escola, que forneciam o parâmetro de prática social segundo a qual o letramento era definido, e segundo a qual os sujeitos eram classificados ao longo da dicotomia alfabetizado ou não-alfabetizado, passam a ser, em função dessa definição, apenas um tipo de prática - de fato, dominante - que desenvolve alguns tipos de habilidades mas não outros, e que determina uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita. (KLEIMAN, 1995, p. 19).

Diferente da alfabetização, o letramento busca se apoiar em comportamentos que ultrapassem o nível alfabético, busca um domínio da língua não apenas no sentido alfabético e ortográfico, mas também destacar os comportamentos, as práticas sociais em que o uso da leitura e da escrita esteja envolvido. Magda Soares (2003) destaca que esses conceitos são, por vezes, confundidos, ou sobrepostos, colocando-nos a necessidade de melhor entender, ou seja,

a distinção é necessária porque a introdução, no campo da educação, do conceito de letramento tem ameaçado perigosamente a especificidade do processo de alfabetização; por outro lado, a aproximação é necessária porque não só o processo de alfabetização, embora distinto e específico, altera-se e reconfigura-se no quadro do conceito de letramento, como também este é dependente daquele. (SOARES, 2003, p. 90).

Ainda assim, é necessário compreender e reconhecer que alfabetização e letramento se distinguem e se complementam ao mesmo tempo. Alfabetização seria a aprendizagem do sistema de escrita, enquanto o letramento desenvolve as habilidades do uso da leitura e da escrita em práticas sociais. Aplicar tanto um quanto o outro a alunos com deficiência exige uma mudança que atenda a todos com um ensino de qualidade, que garanta a aprendizagem através da reconstrução de práticas educativas, que exterminem o estranhamento entre o educador e o sujeito que

não se encaixa nos padrões de ensino da escola e da sociedade. Carvalho (2014, p. 9) comenta: “[...] podemos ensinar crianças e adultos a ler, a conhecer os sons que as letras representam e, ao mesmo tempo, com a mesma ênfase, convidá-los a se tornarem leitores, a participarem da aventura do conhecimento implícita no ato de ler”.

É possível, sim, ensinar adultos e crianças a lerem. E com as pessoas que tem deficiência não é diferente. Esse trabalho precisa ser feito com base no mundo em que cada pessoa vive. É preciso que este mundo faça parte da vida dos aprendizes, dos leitores. Assim, poderá compreender e nomear as práticas sociais ao seu redor, sabendo o que cada coisa representa.

Pensar um objetivo para o aprendizado da leitura e escrita de todo e qualquer aluno é essencial. Se a ideia é que ele aprenda as convenções ortográficas, usar palavras soltas pode ajudar. Mas se quisermos formar leitores, que escrevam textos⁵, que aprendam com os textos e os interprete, então, precisamos criar condições de possibilidade para que os mesmos redijam textos de acordo com suas vivências, com o contexto em que estão inseridos.

Aprender a ler e escrever acontece desde cedo, de maneira que a criança possa, também, participar das práticas sociais que a escrita proporciona. A prática de letramento poderia sugerir atividades que desenvolvam a compreensão da escrita, pois assim, haverá também a ampliação do vocabulário do aluno, bem como o aumento no nível de informações e conhecimentos adquiridos.

Precisamos saber que a metodologia para letrar ou alfabetizar nem sempre é o que mais importa. Mais importante é quem estará à frente

5 Compreendemos texto com a contribuição de Marlene Carvalho (2014, p. 49): “A raiz da palavra *texto* é a mesma da palavra *tecer*. O texto é um tecido feito com palavras, assim como o pano é um tecido de fios. Fios soltos não formam um tecido, palavras soltas, desconexas, sem um sentido que as aproxime, não formam um texto. Um texto é uma unidade significativa, uma passagem que faz sentido. Pode ser curto ou longo: uma frase ou uma oração que expressa um significado completo podem ser um texto. Um texto é mais do que a soma de palavras e frases: assim, uma lista de frases estereotipadas das cartilhas do tipo *O boi baba, a Babá bebe, O ovo é da ave etc.* estão longe de constituir um texto”.

desse trabalho que deve sempre selecionar, organizar e planejar novas estratégias e recursos, dando lugar à criatividade e criando novas experiências que servirão de subsídio a outros profissionais. Além disso, outro profissional pode ajudar no aprendizado da leitura e escrita dos alunos com deficiência. Afinal, não apenas o professor de língua portuguesa tem essa função, mas todos que lidam com essa criança podem fazer esse trabalho, ou simplesmente mediá-lo.

O professor de atendimento educacional especializado deve propor ações em parceria com os professores das classes comuns, sugerindo recursos e materiais que garantam a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades. Esse profissional conhece o aluno com deficiência, sua individualidade, suas necessidades, e pode ajudar a elaborar as atividades que de fato ajudem no desenvolvimento do aluno. Ele deve propor os recursos e estratégias, verificar se está surtindo efeito e buscar os ajustes necessários para que a aprendizagem de fato aconteça.

Magda Soares (2003) explica que precisamos alfabetizar letrando, lembrando sempre da especificidade desse processo, que é ensinar a criança e ela aprender. Lembrarmos que a especificidade de cada aluno é que faz a diferença quando lidamos com a educação inclusiva. E buscar uma forma de estimular o aprendizado desses alunos, articulando as temáticas que envolvem essa aprendizagem proporcionam melhores resultados.

3 SITUANDO A PESQUISA: A METODOLOGIA

A proposta da educação inclusiva vem responder a demanda da sociedade por uma educação na qual, professores, alunos, pais, gestores e demais profissionais sejam responsáveis pela aprendizagem de todos os alunos. A educação inclusiva não é somente manter o aluno com deficiência dentro da sala de aula; é também possibilitar todas as oportunidades que o aluno considerado comum, dotado de plenos sentidos e razão, tem, para que alcance a aprendizagem.

Neste sentido, torna-se viável uma pesquisa científica que investigue o acervo bibliográfico referente à prática de letramento de alunos com deficiência, deixando clara a necessidade, ou não de mais produções acadêmicas sobre esse tema. Para isso, se fez necessária a escolha de um aporte metodológico que possa nos trazer um panorama claro de das publicações envolvendo essa temática.

Na busca pela clareza e consistência da produção acadêmica e pela necessidade de compreender melhor as referências teóricas relativas à nossa temática, decidimos desenvolver uma pesquisa bibliográfica, pois é de extrema importância que sejam realizadas leituras e buscas acerca do tema em estudo, para que possamos ter um maior embasamento teórico. Segundo Lakatos e Marconi (1987), na pesquisa bibliográfica,

Trata (-se) do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado, em livros, revistas, jornais, boletins, monografias, teses, dissertações, material cartográfico, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o mesmo. (LAKATOS e MARCONI, 2010, p. 66).

Nesse sentido, podemos considerar este tipo de pesquisa como o primeiro passo de toda a pesquisa científica, que norteou o trabalho, tendo em vista que ao nos depararmos com diversificadas opiniões e ideias, podemos sempre criar novos conceitos e adquirir mais autonomia para falarmos da temática pesquisada.

Lakatos e Marconi (2010) dizem ainda que a finalidade da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. Desta forma, percebemos que, ao utilizarmos esse tipo de investigação, nos aproximamos diretamente de uma ampla variedade de informações e, através delas, poderemos dialogar com mais intimidade com pesquisas já realizadas, adquirindo, assim, condições de inserir nosso tema no conjunto das contribuições científicas pertinentes à temática em estudo.

Assim, realizamos um mapeamento dos resumos e da análise dos dados de teses e dissertações encontradas na BDTD (Biblioteca Digital

Brasileira de Teses e Dissertações), especialmente aqueles voltados a nossa temática. Esse trabalho resultou numa enumeração provisória, e após o levantamento geral, nos debruçamos sobre os resumos que tratassem de temática próxima a nossa investigação. A busca pelas produções foi feita exclusivamente pela internet, onde utilizamos algumas palavras-chave, através das quais rastreamos os títulos que davam ênfase à temática da educação inclusiva e letramento.

Usando as palavras **letramento**, **educação inclusiva** e **deficiência**, encontramos 535 trabalhos, mas desse total, apenas 07 pesquisas abordavam o viés por nós desejado, que é a prática do letramento voltada para a aprendizagem dos alunos com deficiência. Através das leituras dos resumos e das análises dos dados dessas produções, explanaremos a seguir sobre a interseção dessas duas temáticas, letramento e educação inclusiva.

4 O ESTADO DO CONHECIMENTO: O RESULTADO

O estado do conhecimento que nos propomos mapear se mostra importante não apenas para levantar informações, mas também para conhecer as produções voltadas para o letramento de alunos com deficiência, e que pudessem contribuir e consubstanciar a nossa investigação. Apresentamos o resultado de nossa busca bibliográfica no quadro a seguir:

Quadro 01: Dados das produções encontradas na BDTD

Instituição	Grau/Ano	Título	Autor
UNB	Tese/2013	A Construção Da Identidade De Gênero Na Educação Inclusiva: Letramento E Discurso	Denise Tamaê Borges Sato
UNB	Tese/2013	Discurso, Identidade E Letramento No Atendimento Educacional À Pessoa Com Deficiência	José Ribamar Lopes Batista Júnior
PUCRS	Tese/2014	O Letramento Na Síndrome De Down: O Papel Da Família E Da Escola	Cláudia Madalena Feistauer

Instituição	Grau/Ano	Título	Autor
UFS	Dissertação/ 2015	Letramento e educação inclusiva: Construindo Práticas De Leitura E Escrita No Ensino Fundamental II	Maria Aparecida Alves Menezes
UNB	Dissertação/ 2012	O letramento de alunos surdos para a vida	Renata Antunes De Souza
UNB	Dissertação/ 2013	Discursos e letramentos na inclusão de pessoas com deficiência visual no ensino público	Sinara Bertholdo De Andrade
UFG	Dissertação/ 2015	Tecnologia Assistiva E Práticas De Letramento No Atendimento Educa- cional Especializado	Wanessa Ferreira Borges

Fonte: dados da pesquisa.

Com base nas leituras dos resumos e nos resultados das análises dos dados dessas produções, percebemos que o discurso voltado para a inclusão de alunos com deficiência é sempre aquele em que os professores precisam lidar com o novo, com o desafio de ensinar a essas crianças. É imprescindível reconhecer a necessidade de uma reestruturação do sistema de ensino, considerando as diferenças, respeitando os limites e as necessidades de cada criança, já que para cada uma delas o aprendizado acontece de maneira diferente.

Os sete estudos - 04 (quatro) dissertações e 03 (três) teses - tratam do letramento de alunos com deficiência. Um deles fala especificamente de alunos com deficiência visual, outro é voltado para a surdez, um para alunos com Síndrome de Down e os demais voltados para as deficiências num contexto mais geral.

Na tese de Satô (2013), a busca foi por identificar nos discursos e nas práticas de letramento, elementos que contribuem para esclarecer o que promoveu na educação e especificamente na educação especial inclusiva, a atividade docente como gueto feminino moderno. Os resultados dessa tese mostram que os discursos voltados para a inclusão são os mesmos difundidos pelas leis que amparam a educação de pessoas com deficiência, direito a igualdade, a justiça, a oportunidades, mas que a prática está voltada para atividades que desvalorizam o docente, quando da escassez de recursos e de formação adequada para este trabalho. Além disso, mos-

tra que o trabalho docente para a educação inclusiva está direcionado mais para o gênero feminino, como se essa atividade fosse algo de competência das mulheres. Com relação ao letramento, as práticas utilizadas não garantem a aprendizagem dos alunos de forma significativa.

A tese de Batista Júnior (2013), investiga por meio do letramento e dos discursos para a educação inclusiva o contexto do atendimento educacional especializado. Nessa investigação, o autor constatou a deficiência voltada para a formação docente inclusiva, bem como um atendimento que ora se mostra eficaz, quando os professores trabalham com suas experiências, e ora aparece carente de recursos e estratégias que garantam uma aprendizagem mais consistente aos alunos com deficiência.

Feistauer (2014), desenvolveu uma pesquisa voltada para analisar o impacto da família na formação de leitores, trabalhando especificamente com alunos com Síndrome de Down. Essa pesquisa mostra a importância da família no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, pois segundo os resultados, os alunos cujas famílias se envolviam nesse processo tinham resultados mais satisfatórios, sendo que essas famílias eram letradas. Os demais alunos, embora as professoras realizassem práticas de letramento durante as aulas, apresentavam aprendizado mais reduzido, uma vez que a família não os fazia ter contato com situações de letramento quando estavam fora do ambiente escolar.

A dissertação de Menezes (2015), investiga a contribuição do gênero textual para ampliar as competências, habilidades e letramentos dos alunos. Para isso, a autora faz uso de receitas culinárias aplicadas em uma sequência didática, em um centro de atendimento educacional especializado. A autora verifica que o uso de gêneros textuais efetiva e amplia o letramento de alunos, esclarecendo que as práticas utilizadas pelos docentes podem garantir a aprendizagem.

Souza (2012), investiga se o letramento em língua portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, condiz com o nível de escolarização, além de pesquisar se os gêneros textuais e as estratégias dos professores contribuem para o letramento desses alunos. A pesquisa mostra a importância

da afetividade entre professor e aluno, a necessidade de trabalhos escritos e o uso de diferentes gêneros textuais como estratégias para a aprendizagem, pois apenas as aulas de língua portuguesa e os intérpretes não são suficientes para o letramento desses alunos. Uma das estratégias utilizadas foi a escolha de gêneros textuais que seriam mais adequados a realidade dos alunos surdos, como os bilhetes, por ser uma forma rápida de comunicação dentro da comunidade surda, a carta, para comunicação dentro da família, o e-mail que é bastante utilizado pelos alunos surdos, resultado da tecnologia, regras de jogo, blogs dentre outros que são utilizados no universo surdo. Após a escolha, é necessário trabalhar cada um desses gêneros de acordo com o estabelecido na sequência didática, quando houve momentos determinados para cada atividade, iniciando pela explicação da função social do gênero, até a socialização da produção escrita de cada gênero trabalhado. É imprescindível o uso de estratégias, de práticas que de fato garantam o aprendizado dos alunos. Percebemos que desenvolver atividades voltadas para a realidade dos alunos, envolvendo a função social da leitura e da escrita, pode proporcionar uma aprendizagem eficaz.

Na dissertação de Andrade (2013), a busca é por discutir a inclusão de alunos com deficiência visual na rede pública, bem como as práticas sociais dessas pessoas, além dos discursos voltados às práticas do letramento dos profissionais que trabalham com a deficiência visual. Mais uma vez surge a constatação de que as estratégias, os métodos, os recursos utilizados durante o ensino, podem garantir o sucesso na aprendizagem dos alunos com deficiência, como o uso da tecnologia, computadores, lupas eletrônicas, materiais adaptados, como recursos de alta e baixa tecnologia, fones, mouses, teclados adaptados a deficiência do aluno, garantindo a acessibilidade desses alunos ao aprendizado do letramento. Entendemos que o advento das novas tecnologias são ferramentas importantes para a inclusão desses alunos no mundo letrado, pois os professores usam do aparato tecnológico para inserir esses alunos no mundo da leitura e da escrita, fazendo-os perceber a importância dessas práticas para se incluírem socialmente.

Por fim, Borges (2015) tentou compreender as concepções e práticas de professores do atendimento educacional especializado quanto à tecnologia assistiva⁶ em relação às práticas de letramento de alunos com deficiência. Os resultados dessa pesquisa mostram que alguns recursos de tecnologia não são utilizados pelos professores por falta de uma formação que garanta o uso de práticas voltadas para a leitura e escrita, bem como o uso de práticas habituais voltadas para a empiria, para a experiência desses professores.

O levantamento dessas pesquisas nos possibilitou a ampliação do nosso conhecimento sobre alguns estudos desenvolvidos acerca de uma temática que se assemelhe a nossa. Através dos resultados de cada uma dessas pesquisas, extraídos dos resumos e da análise dos dados desses trabalhos, observamos a urgente necessidade de mais investigações voltadas para essa temática, já que vivemos em uma sociedade que valoriza a leitura e que discrimina quem não tem competência como leitor e escritor. Deixando claro, também, que quando se trata de educação de pessoas com deficiência, existe uma grande lacuna no aprendizado desses alunos.

Percebemos que a inclusão de pessoas com deficiência não é uma constante, quando se trata de educação. Mas, com base nas produções que mapeamos, podemos entender que a prática da leitura e da escrita pode ser trabalhada de forma satisfatória, para que possa atender as necessidades de cada aluno, de cada deficiência, sem possibilitar aprendizado a uns em detrimento de outros. Através dos recursos, e das estratégias elaboradas pelo professor, as aulas poderão se tornar prazerosas para os alunos, de forma que o ato de ler e escrever deixe de ser uma obrigação e passe a ser uma atividade estimulante para as crianças, tenham elas deficiência ou não.

6 Para Sartoretto e Bersh (2012), Tecnologia Assistiva é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de Recursos e Serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover Vida Independente e Inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração que atualmente a educação inclusiva está amparada na concepção dos direitos humanos e que garantem a igualdade e qualidade de ensino para todos, percebe-se que grandes avanços já foram conquistados ao longo dos anos, como o acesso às escolas regulares, o atendimento educacional especializado, as salas de recursos, entre outros. No entanto, ainda há muito a se fazer. Dessa forma, o currículo com as devidas adequações poderá ser o instrumento que de fato trará essa igualdade e qualidade de ensino para todos os alunos, independente de sua condição física, intelectual ou sensorial, basta que trabalhemos com o princípio da equidade e alteridade. Assim, saberemos respeitar as diferenças e valorizar a diversidade.

Falamos de processos que estão em constante discussão, letramento e educação inclusiva e se torna importante seu estudo, pois, tudo que está ligada a uma melhoria educacional inclusiva contribui para todos que estão envolvidos nessa perspectiva; principalmente para o aluno com deficiência, que é o protagonista desse discurso.

Em nossa investigação percebemos que a prática dos professores está condicionada a situações que envolvem apenas ao conhecer a deficiência dos seus alunos, dificultando assim uma aprendizagem que desenvolva habilidades referentes a temática desenvolvida por nossa pesquisa, que é o letramento para os alunos com deficiência. Entendemos no decorrer de nossas leituras, que o aprendizado da leitura e escrita, requer atividades que envolvam a criança em contextos sociais que faça sentido para elas. Através das entrevistas chegamos às respostas de nosso objetivo, que foram expostas ao longo da discussão, e percebemos que a prática desses professores pode ser melhorada, desde que os mesmos busquem fundamentar sua prática em teorias que os reportem aos temas que devem trabalhar.

A educação inclusiva atrelada ao letramento é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria na edu-

cação, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação, em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas a fim de atender as diferenças. Esse aprimoramento é necessário sob pena de os alunos passarem pela experiência educacional sem tirar dela o proveito desejável, tendo comprometido um tempo que é valioso e irreversível em suas vidas: o momento do desenvolvimento.

Para que a educação se torne efetivamente inclusiva é necessário que os professores flexibilizem suas aulas com metodologias inovadoras e inclusivas, a exemplo disso, podemos citar as estratégias e recursos identificados nos trabalhos que mapeamos através do estado do conhecimento, dentre eles, o uso de infraestrutura tecnológica, por meio de materiais adaptados às necessidades de cada deficiência, o uso de materiais que atendam a realidade social de cada aluno e que promovam o desenvolvimento destes, em que haja realmente uma educação voltada para todos, com oportunidades iguais de aprendizado, ou seja, não é possível utilizar uma metodologia homogênea em sala de aula, pois cada aluno possui potencialidades e dificuldades específicas. Além dessa metodologia diferenciada utilizada pelo professor, ele deve preocupar-se com as especificidades e necessidades de cada aluno.

Concluimos dizendo que, sob diferentes pontos de vista, concepções e argumentos, a educação inclusiva é um assunto que vem sendo discutido nos últimos tempos, em decorrência do crescente ingresso de pessoas com deficiência no ensino regular. E com isto, surge a necessidade de estratégias que levem ao desenvolvimento do aluno incluído. Ao longo de nossa pesquisa, vemos a importância do ensino da leitura e da escrita na vida do aluno com deficiência. Pois, toda ação inclusiva está condicionada a novas aprendizagens, e podemos entender que todos podem ser responsáveis pelo desenvolvimento intelectual e social da criança com deficiência.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina Abranches Mota.; MANTOAN, Maria Tereza Egler. Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental. In: MEC. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Mental**. São Paulo, 2007. Cap. 1, p. 13-42.

BIBLIOTECA BRASILEIRA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES. BDTD, 2016. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 17 jan 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Ementas Constitucionais nos 1/92 a 43/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. In: ACRE. Secretaria de Estado da Educação. Conselho Estadual de Educação. **Coletânea de Normas para a Educação Básica**. Rio Branco: SEE/CEE, 2002.

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. Tradução de Horácio Gonzaleset. al, 24. ed. Atualizada. São Paulo: Cortez, 2001.

KLEIMAN, Ângela Bezerra. Os usos sociais da escrita e a Educação Inclusiva no Brasil. In: Seminário Internacional de Educação Inclusiva, 2. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: PUC, MG, 2001. p. 84-101.

_____. (org.) **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**, 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Metodologia do Trabalho Científico**, 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987

SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: **Cadernos de formação: Alfabetização**. São Paulo: UNESP, p. 79-98, 2003.

ROPOLI, Edilene Aparecida. et. al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da educação, Secretária de Educação Especial, 2010.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2002.